

ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: O CURSO ELEMENTAR DE LITERATURA NACIONAL E AS POSTILLAS DE RETHORICA E POETICA UTILIZADOS NO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II

The Teaching of Language and Literature in Brazil in the 19th Century: the Elementary Course of National Literature and Rhetoric and Poetic Handouts used at the Imperial Pedro II School

Ana A. Arguelho de Souza*

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa acerca de instrumentos didáticos na prática educativa escolar e vincula-se ao Programa de Pesquisa O manual didático como instrumento de trabalho nas escolas secundária e normal (1835-1945), coordenado pela Profa. Dra. Sílvia Helena Brito (UFMS) e financiado pelo CNPQ. Esse programa se desdobra no projeto A produção material e a organização de instrumentos didáticos utilizados no ensino da língua e literatura no Imperial Colégio Pedro II (1835 a 1945), registrado na PROPP/UEMS, sob minha coordenação. Constituem objetos deste estudo dois manuais utilizados no Pedro II: o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e as *Postilhas de Retórica e Poética*, ambos de autoria de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, cujas edições foram publicadas em 1862 e 1885, respectivamente. Esses instrumentos e seus similares utilizados no Colégio Pedro II foram norteadores do ensino de literatura nas instituições de ensino médio no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Manuais Didáticos; Literatura; Escola.

ABSTRACT

This paper presents partial results of research about teaching instruments in schools and educational practice, it is attached to the Research Program O manual didático como instrumento de trabalho nas escolas secundária e normal (1835-1945), coordinated by Prof. Dr. Silvia Helena Brito (UFMS) and funded by CNPq. This program originated the project A produção material e a organização de instrumentos didáticos no ensino da língua e literatura no Imperial Colégio Pedro II (1835-1945), registered at PROPP/UEMS, under my coordination. Two manuals at Pedro II School were used as objects of study: *o Curso Elementar de Literatura Nacional* and the *Postilhas de Retórica e Poética*, both by canon Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, whose issues were published in 1862 and 1885, respectively. These instruments and their counterparts used at Pedro II school were the guiding of the teaching of literature in high schools in the nineteenth-century Brazil.

Keywords: Teaching Manuals, Literature, School.

O exame de manuais didáticos contemporâneos para o estudo da língua e da literatura no ensino médio e a constatação de que neles a literatura foi substituída pela história literária, por teorias da literatura e resumos de textos literários, tornou relevante

* Doutora em Letras/Literatura pela UNESP, Campus de Assis. Professora de Itinerários Culturais no Curso de Pedagogia e de Ensino de Literatura no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS. E-mail: anaarguelho@yahoo.com.br

entender o percurso da literatura em manuais brasileiros, no sentido de compreender as causas dessa ausência. Entende-se que a literatura seria o instrumento por excelência para o estudo de uma língua, na medida em que expressa o padrão lingüístico mais elevado de um povo, servindo de referência, inclusive, para a sistematização da gramática de uma língua.

No Brasil, o Colégio Pedro II foi a primeira instituição escolar de ensino secundário a ganhar expressão, alçando o papel de difusor modelar de currículos e manuais para todo o ensino secundário brasileiro, desde o século XIX até a década de 50 do século XX. Por isso, a investigação do percurso desses manuais nessa instituição, como parte da investigação mais ampla sobre quais tarefas cumpre o manual didático no interior da escola burguesa.

Assim sendo, dois manuais didáticos utilizados no Colégio Pedro II, no século XIX, foram selecionados como objetos deste estudo: o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, (1862) e as *Postillas de Rethorica e Poetica* (1885), ambos de autoria do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Tomou-se como referencial teórico a Ciência da História, instrumental desenvolvido e adotado por Karl Marx em toda a sua obra, porém explicitada de maneira clara na *Ideologia Alemã*: “Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história” (MARX E ENGELS: 1987, p. 24). Na verdade, só a história, entendida como o movimento contraditório dos homens nos seus diferentes modos de produzir a vida, permite a apreensão de qualquer objeto em sua gênese, desenvolvimento e obsolescência, para além do que permitem as ciências especializadas. Tem-se claro que essa problemática só pode ser entendida dentro das condições materiais e das necessidades do capitalismo.

Nesse sentido, buscou-se compreender, no movimento histórico do capitalismo, a produção dos instrumentos formulados pela burguesia para instruir seus cidadãos. O objetivo foi o de verificar, por meio da análise de manuais didáticos utilizados no ensino de língua e literatura, nos primórdios da educação formal de ensino médio no Brasil, onde se localiza a gênese do problema.

O estado da arte

O estado da arte sobre manuais didáticos para o ensino da língua e literatura, no Brasil, revelou uma farta produção, o que gerou algumas dificuldades na decisão de quais fontes deveriam ser eleitas para o diálogo com as pesquisas antecedentes. No mapeamento dessa produção, de modo mais amplo, primeiro tem-se a produção do MEC, sobre sua política de financiamento e distribuição, avaliação, indicações e recomendações de uso do livro didático que, por si só, já demanda uma pesquisa específica. Depois, a produção dos pesquisadores, materializada em periódicos, dissertações, teses e obras, aponta para diversos segmentos de pesquisa: Políticas institucionais sobre o livro didático; Conteúdo; Didatização do conteúdo; Avaliação; Modos de uso e suas relações com os demais componentes do ensino; Pesquisas históricas sobre o livro didático; Reflexões gerais sobre o livro didático.

Dos inúmeros autores examinados ao longo da pesquisa, foram selecionados apenas os mais expressivos, cujo estudo considerou períodos históricos mais amplos, sinalizando uma determinada época. Foram, igualmente, selecionados aqueles que privilegiaram a discussão de materiais didáticos de ensino de língua e literatura, no sentido de objetivar a discussão em torno do necessário. Tais são esses autores: Alain Chopin, Circe Bittencourt, Bárbara Freitag e Osman Lins.

Em termos de abordagem, nenhum trabalho encontramos que privilegiasse a materialidade do manual didático na perspectiva da Ciência da História, o que significa transpor as fronteiras das singularidades escolares e das considerações nacionais, em busca do movimento mais geral da sociedade capitalista na sua contradição fundamental, qual seja, entender como se materializa nos manuais didáticos a objetivação do trabalho e como isso se presta ao atendimento das necessidades do capital, tanto no que respeita à organização e qualidade do seu conteúdo, quanto ao seu caráter mercadológico.

Alain Chopin é um pesquisador francês de suma importância no sentido da contribuição que apresenta sobre manuais didáticos, sendo inclusive responsável pela construção de um estado da arte sobre esse instrumento. Este centra sua análise na funcionalidade do manual, abordando suas funções referencial, instrumental, ideológica/cultural e documental (CHOPIN, 2004, p. 553).

Chopin aponta algumas questões interessantes do percurso de sua pesquisa, com as quais nos identificamos, como as dificuldades mencionadas por ele quanto à organização do estado da arte, dado o volume da produção e as inerentes às variadas designações atribuídas aos instrumentos de ensino da língua, no decorrer da história. Tome-se como exemplo, na área da literatura, a existência de instrumentos que não poderiam ser classificados como manuais didáticos na acepção clássica de Comenius em *Didática Magna* (1985), como sendo aqueles livros que reúnem em porções acanhadas todo o conteúdo necessário ao saber do aluno. É o caso das antologias, florilégios ou seletas. Sob esses nomes encontramos uma modalidade de instrumento no qual são compilados textos clássicos da literatura que, embora muitos deles recortados, prestaram-se ao estudo da língua. Essa é uma particularidade dos manuais de ensino da área de linguagem. No capítulo dedicado ao ensino das línguas, Comenius (1985, p. 337) vai descrever essa modalidade como a última de um conjunto de manuais destinados à aprendizagem da leitura. Trata-se do *Tesoiro*, espécie de antologia que reúne excertos de textos clássicos.

Ainda no campo da língua, a diversidade de materiais revela que os instrumentos para o ensino da língua e literatura percorreram um árduo, confuso e difícil caminho. Os conteúdos e as nomenclaturas misturaram-se no anseio de contemplar as diversas facetas do ensino da língua e sua literatura, indo desde os manuais de retórica, de estilística, de poética, até os compêndios e postillas, além das antologias. Ainda assim, estas últimas vão conter apêndices compostos de normas gramaticais, de estilística etc.

Nesse sentido, o esforço feito ao longo da pesquisa foi o de tentar resolver essas ambiguidades, cotejando os instrumentos e tentando classificá-los de acordo com critérios que revelem sua natureza e sua razão históricas, bem como as tarefas que cumpriram e vêm cumprindo no interior da sociedade burguesa. Neste recorte da pesquisa, delimitamos o estudo a instrumentos que tratam especificamente da literatura, utilizando a nomenclatura atribuída pelo próprio autor.

Outra dificuldade apontada por Chopin diz respeito à ausência quase total de obras de síntese acerca do livro didático, não abrangendo nem toda a produção, nem todos os períodos. De fato, muito do que encontramos no Brasil configuram-se como artigos, dissertações e teses que incidem sobre determinado manual, ficando comprometida a produção de obras mais abrangentes sobre o livro didático. Na área da literatura, pudemos destacar poucas obras mais densas sobre manuais didáticos.

A obra *Livro Didático e Saber Escolar* de Circe Bittencourt (2008) trata-se da única investigação, no Brasil, que compreende um período bem abrangente da história do manual didático – 1810 – 1910, abarcando, então, parte do período eleito por esta pesquisa, embora a autora se coloque no campo da “história cultural” (2008, p. 15). Por esse viés de ordem metodológica, Bittencourt localiza o período de instalação das primeiras escolas públicas pelo Estado Nacional na década de 1810 do século XIX até 1910 (2004, p.17), como ponto de partida da sua análise, elegendo esse período como se os manuais brasileiros não fizessem parte do contexto mais amplo da sociedade. Todavia, a construção dos manuais didáticos encontra sua origem no século XVII. A autora desconsidera, portanto, a gênese desse objeto, no interior do projeto de construção do capitalismo e dentro de uma determinada organização do trabalho didático necessária ao atendimento das demandas manufatureiras. Conforme já demonstrou Alves (2004, p.81-128), isso é o que conferiria clareza ao papel e às tarefas que esse instrumento cumpre para a manutenção da sociedade burguesa, visto ter sido formulado para atender necessidades próprias do seu período inicial.

Bárbara Freitag (1989) é outra autora que se coloca a tarefa de analisar historicamente o manual didático brasileiro, mapeando o estado da arte em um lapso de tempo significativo da existência do livro didático no Brasil – 1930 a 1980. Além do que, faz um rigoroso levantamento de fontes para os estudos da área de língua e literatura. Bárbara Freitag coloca-se no campo do marxismo, mas suas análises, a partir da perspectiva metodológica aqui adotada, revelam um viés problemático desse referencial teórico quando, por exemplo, não radicaliza a análise dos manuais contemporâneos. Coloca ora na mão do Estado, ora na do professor, a tarefa de salvar o manual didático, entendendo que este deve ser tratado como sugestão e não como receita, quando se sabe, empiricamente, que o manual didático é que dá a tônica do trabalho escolar, levando o professor a reboque. E mais, que sendo o manual didático um instrumento forjado nas origens da escola burguesa, este acompanha o movimento de fragmentação e diluição que caracteriza a própria sociedade, não havendo como se reivindicar uma qualidade para o livro didático, diferente de tudo o que marca a sociedade, neste momento. Essa posição da autora, todavia, não invalida suas inúmeras contribuições, ao apontar, por exemplo, a característica pragmática e utilitarista do manual didático e a ausência da literatura na escola, entre outras questões.

Osman Lins (1977), na obra *Do Ideal e da Glória: problemas inculturais brasileiros*, parte do olhar de literato e não de um pesquisador, mas faz uma abordagem reveladora e contributiva sobre a condição da literatura no manual didático, quando, por exemplo,

aponta as oscilações do cânone na eleição dos textos das antologias brasileiras e a *disneylândia pedagógica*, nomenclatura que elege para denominar a infantilização das propostas nos livros didáticos.

Com esse autor, pode-se dar por encerrado este preâmbulo, não sem antes apontar para trabalhos de nossa autoria, que tiveram o propósito de apreender a produção de manuais didáticos numa perspectiva histórica, já anteriormente publicados sob forma de: capítulo – *Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação* (2010a); artigo – *Manuais didáticos de língua e literatura na modernidade: gênese e desenvolvimento histórico* (2010b). O primeiro fez uma abordagem histórica de antologias do século XX e da literatura em manuais contemporâneos. O segundo tratou de manuais de ensino de língua concebidos e formulados pelos dois mais expressivos representantes do movimento da Reforma, no capitalismo nascente: Wolfgang Ratke, *A nova arte de ensinar: (1571 - 1635) textos escolhidos* (2008) e João Amós Comenius, *Didáctica Magna* (1985).

O que de importante é preciso retomar, da obra desses dois pedagogos no campo da leitura e do ensino de língua e literatura, é o reducionismo de conteúdos dos manuais didáticos para o ensino da língua materna e o caráter pragmático da leitura que conceberam. A preocupação de Ratke era o de instruir os alunos no domínio da língua alemã com vistas à leitura de textos bíblicos. Em Comenius, o aprendizado da língua ocorreu numa sucessão de manuais, nos quais a imagem deu lugar à palavra, esta à frase e a frase aos excertos de texto. De modo que os autores da literatura clássica contemplados na Idade Média pelo ensino preceptor de natureza artesanal foram desprezados nos manuais, tendo-se notícia desses apenas pela menção que faz Comenius ao *Tesoiro*, último livro da série de manuais de aprendizagem das línguas modernas, formulada por ele. Apenas esse manual sugere o trabalho com excertos de textos clássicos.

Na verdade, existe uma razão para tal. Ao tempo de Comenius, o mercado capitalista começa a se universalizar, as exigências das manufaturas, a formação das nações modernas e a apregoada universalização das letras pela burguesia foram tornando imperiosa a necessidade de superação da então hegemônica língua latina, pelas línguas modernas. Isso não significou, porém, o domínio da grande literatura produzida até então. Ao contrário, o ensino da língua se deu por meio de acanhados manuais e o lema da burguesia “escrever, ler e calcular” limitou-se ao básico para o domínio da leitura e dos cálculos próprios da vida cotidiana e imediata, segundo atesta o próprio Comenius (1985, p. 331).

As fontes primeiras investigadas apontaram, portanto, um caráter pragmático e utilitarista no discurso de Ratke e de Comenius sobre a leitura e seu objeto, a literatura. E considerando a natureza pragmática e utilitarista do próprio capitalismo, é compreensível que em seus instrumentos se imprimisse essa marca, o que é importante registrar neste estudo, visto que o mesmo pragmatismo bem como a ausência de textos literários significativos no estudo das línguas marcou a história da leitura no mundo moderno, incluindo o Brasil.

Migrando, então, para a análise de manuais brasileiros, é importante assinalar que Ratke e Comenius forneceram à sociedade burguesa toda a concepção moderna de educação, de escola e de seus instrumentos didáticos. Todavia, em um país marcado com o sinete da Igreja Católica e do Império Português, é natural encontrar nos instrumentos

estudados, além da influência da Reforma, no que respeita ao pragmatismo da leitura, especialmente, a marca de toda uma tradição ibérica assinalada pela herança da igreja e do império. É nesse amálgama de tradições confluentes e até contraditórias que se situam os manuais estudados.

O manual de Retórica

O levantamento dos programas e respectivos manuais utilizados no Colégio Pedro II no período de 1850 a 1951, realizado por Vecchia e Lorenz (1998), mostra que a retórica faz presença nos programas, como disciplina e, também, como manual didático adotado no ensino secundário, não só na cadeira de Retórica, mas na de Português. Como disciplina, aparece recorrentemente até 1882, ano em que esses pesquisadores registram pela última vez sua presença nos programas e a cadeira ganha a nomenclatura de Rethorica, Poetica e Literatura Nacional. Como manual didático, no ano de 1858, encontra-se um registro da *Nova Rethorica de Le Clerc*, traduzida por Dr. Paula Menezes; em 1862, a *Nova Rethorica Brasileira*, de A. M. da Silva Pontes; em 1878, o *Compendio de Rethorica e Poetica* do Cônego Manoel da Costa Honorato e, em 1882, o manual *Lições de Rethorica* do dr. José Maria Velho da Silva.

As *Postillas de Retórica e Poética* do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro não se encontram entre os instrumentos arrolados por Vecchia e Lorenz. No entanto, foram selecionadas para fins deste estudo exatamente porque consta em sua 3ª edição, publicada em 1885, revista e melhorada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior, o registro de que estas foram “dictadas aos alumnos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor”. Representam, pois, a síntese madura de apontamentos realizados pelo autor em dezoito anos de magistério, como ele mesmo afirma na “Advertência” que abre as postillas, datada de dezembro de 1871, ano em que, a julgar pelo texto, teria sido o de publicação da primeira edição. Considerando o teor da “Advertência” e a provável data de publicação da primeira edição, é curioso que esse material não tenha sido arrolado no estudo da Retórica para o 7º ano, em 1882. Ao se comparar os conteúdos elencados nessa cadeira com os conteúdos das *Postillas...*, as coincidências são muito expressivas. Ademais, na cadeira de Português e História Literária da mesma 7ª série, aparece, junto com um manual de História Literária de autoria do cônego Pinheiro, a informação sobre o uso de “postillas do professor (em falta de compêndio)”. O fato de que em outros programas já ocorrera a adoção de manual de literatura para a cadeira Rethorica faz supor que o contrário também pudesse ocorrer e, assim, a referência dissesse respeito às postillas de Fernandes Pinheiro.

Relativamente à organização dos conteúdos, as postillas separam a retórica da poética, seguindo a tradição de Aristóteles. Apresentam, porém, modestos 15 itens sobre retórica e 10 sobre poética. Embora nesses conteúdos haja menções a Platão, Aristóteles, Quintiliano e Cícero, toda a discussão está bastante distanciada dos clássicos da retórica. As postillas contemplam alguns elementos da Retórica e também da Poética de Aristóteles, mas estes aparecem de forma bastante amesquinhada. O magistral corpo

de conhecimentos da retórica antiga ficou reduzido a um conjunto de regras, conforme definição que abre os estudos do manual: “A retórica é o conjunto das regras relativas à eloquência” (PINHEIRO, 1885, p. 7).

Ora, no mundo antigo, marcado pela distinção irremovível de classes sociais e pautado pela conquista de territórios e bens materiais por meio da força humana, é natural que a palavra, elemento distintivo do humano, fosse buscada, estudada e aperfeiçoada para servir de instrumento de persuasão e convencimento, nas intermináveis disputas pelo poder e a sua manutenção. Nesse contexto, a retórica, muito mais do que um conjunto de normas para servir à eloquência, “é a capacidade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2006, p. 96). Qualquer questão dada implica, por parte do usuário da retórica, o entendimento correto da totalidade social grega. Assim, junto com a oratória, a gramática, a dialética, a lógica e a política, ela constitui um único corpo filosófico, que permite ao homem antigo a resolução de contendas de toda ordem, para além da força física. Nesse sentido, a retórica é a mais poderosa arma de luta do mundo antigo.

Segundo Aristóteles (2006, p. 95), “A retórica é como um rebento da dialética e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar política” (ibid., p. 97). Isso porque a persuasão deve estar assentada em uma dialética cuja contraposição argumentativa deriva de um sistema lógico, do qual se extrai a correta forma de pensar, de acordo com preceitos do próprio corpo da filosofia. Sem isso, o discurso resvala para o vazio da palavra sem lastro. É a lógica que deve sustentar o discurso argumentativo o qual confere força à eloquência oratória. É pelo uso correto da lógica no discurso que se prova a verdade e não por meio do simples ataque verbal, da compaixão ou da ira, conforme Aristóteles (ibid., p. 90).

A retórica apresentada nas postillas do cônego Pinheiro, reduzida a um conjunto de regras, escoimada do lastro das sociedades antigas onde floresceu, da lógica e da dialética, fica adstrita a fraseologias e se presta a fins muito específicos, para os quais, o senso comum sugere sua importância, como no caso da formação de juristas e teólogos. É preciso considerar que, na modernidade, desde o século XVII, as provas da verdade estavam sendo construídas pela burguesia, por meio da observação e da experimentação, ou seja, por via da ciência e não mais da palavra argumentativa. Atente-se à crítica a Aristóteles, feita por Francis Bacon, um dos fundadores da ciência moderna, do empirismo e do método experimental:

Pois Aristóteles estabelecia antes as conclusões, não consultava devidamente a experiência para estabelecimento de suas resoluções e axiomas. E tendo, ao seu arbítrio, assim decidido, submetia a experiência como a uma escrava para conformá-la às suas opiniões. (BACON, 1984, p. 33)

Está aí implícita nessa afirmação de Bacon que, na modernidade, os instrumentos de aferição da verdade são outros e, portanto, a certeza das coisas não poderia mais ser apurada no simples embate das palavras, mas com base na experiência comprobatória. Essas condições históricas permitem aventar um possível caráter conservador do ensino

de língua no Brasil Império. Enquanto em outras áreas do ensino os sinais da modernidade vão sendo incorporados, nos estudos da língua ainda é a retórica que prevalece, mesmo que esse instrumento dos antigos já tenha sido posto em questão.

Nas Postillas, além da definição de retórica, estão sumariados os seguintes pontos: os gêneros demonstrativo, deliberativo e judiciário; as partes do discurso (invenção, disposição e elocução), o ornato oratório e os tipos de eloquência: a política, a do foro e a do púlpito ou eclesiástica, sendo esta última, a “que tem por missão anunciar a palavra de Deus e instruir os homens nos seus deveres religiosos” (PINHEIRO, 1885, p 93). A inclusão desta última mostra que o percurso da retórica adotada no Pedro II passou pela Igreja Católica, com certeza influenciada pela Contra Reforma, tal como esta se configurou no Brasil, por via do Seminário de Olinda. Alves, na obra *O pensamento burguês no Seminário de Olinda* (1993), registra que no *Ratio Studiorum*, além das obras de filosofia, oratória e história, havia indicação de obras de padres da igreja para ilustrar os estudos de Retórica, voltados para a formação do orador sacro. E embora os jesuítas tivessem sido expulsos pela reforma de Pombal e o seu sistema de ensino desmantelado, permaneceu a tradição de uma retórica marcada pela presença de uma Corte católica.

É, no entanto, pela via da Reforma, ainda no século XVII, que ocorre o amesquinamento da retórica e da dialética, tão caras a Aristóteles e tão imbricadas em sua *Retórica*. Na *Didáctica Magna*, Comenius propõe quatro graus para as instituições escolares: escola materna, escola de língua nacional, escola de língua latina e academia. É nos planos da escola latina, nível imediatamente inferior à Academia que se encontram os elementos elucidativos da matéria em questão. A primeira observação que salta à vista no exame desses planos é a segmentação das artes antigas, nas quais se inclui a retórica, em disciplinas estanques: gramática, física, matemática, ética, dialética e retórica (COMENIUS, 1985, p. 439).

Considerando a reflexão travada por Alves na obra *A produção da escola pública contemporânea* (2001), ao longo da qual o autor discorre sobre como o caráter manufatureiro da escola comeniana determina a segmentação e a simplificação do conhecimento nos manuais didáticos, esse reparto das artes antigas é compreensível. No caso da Retórica, a orientação comeniana prima pela simplificação, pois recomenda que os exercícios sejam verdadeiramente práticos, fáceis e agradáveis e voltados à formação oratória:

Queremos formar a língua para uma sábia eloquência, àqueles de que até agora formámos principalmente a mente para a sabedoria. [...] Apresentadas, portanto, de novo, brevíssimas e claríssimas regras de eloquência, passa-se aos exercícios, ou seja, à imitação dos melhores mestres na arte de dizer. (COMENIUS, 1985, p. 444)

Ou seja, antes do cônego Pinheiro, a Reforma já reduzira a retórica a regras de eloquência. A sustentação do argumento retórico deve ser haurida “de todas as coisas ensinadas até aqui” (ibid., p. 444), quer dizer, dos estudos da gramática, física, matemática, ética, dialética e retórica que, na *Didáctica Magna*, antecedem ao estudo da retórica. Observe-se que a literatura e a leitura do texto literário não estão aí incluídas.

Essa segmentação das artes antigas em disciplinas estanques, bem como a redução da retórica a um conjunto de regras voltadas para o falar eloquente, que está explícita em Comenius, demonstra que o manual elaborado por Pinheiro segue o modelo da Reforma. É uma adaptação resumida da retórica antiga, escoimada de todos os seus fundamentos, como uma espécie de esqueleto descarnado, com uma aparente utilidade prática, ao qual foram agregados elementos da tradição ibérico-cristã. Desaparece aí toda e qualquer vinculação da retórica com a formação humanística que empolgou gregos e romanos, para os quais a literatura constituía componente dos mais expressivos. Cícero revela que a literatura estava na base da *humanitas*, educação que postulava o entendimento de que ser humano implica possuir um comportamento refinado¹. Segundo Galino (1973, p. 253), para os romanos, o homem carrega em si, além das virtudes, impulsos, instintos e brutalidades que recordam o animal e a superação desse estado rumo ao ideal *humanitas* impõe-lhe o domínio da literatura, como ponto de partida. “El concepto viene dado por la gran tradición grecorromana que desde Homero destinó un lugar de honor en la formación del hombre a la producción literaria” (ibid., p. 254).

De modo que a retórica, adaptada aos trópicos, vem mediada pela influência da reforma, mas também da igreja católica, por intermédio dos jesuítas. Assim, não só perde seu arcabouço filosófico e literário, como também seu significado social, reduzida que foi pelas postillas a meras regras do “bem falar”.

O manual de Literatura

Em relação ao ensino de literatura, tão somente no ano de 1862, a cadeira de Literatura Nacional aparece pela primeira vez nos programas do Colégio Pedro II, como disciplina isolada, ao lado das outras que já vinham marcando presença, desde 1850, juntas ou separadas, quais sejam, Portuguez, Grammatica Philosophica, Poetica e Rethorica. O manual indicado para essa nova cadeira é o *Curso Elementar de Literatura Nacional* do mesmo cônego J. C. Fernandes Pinheiro. Em nota ao leitor, na edição de 1862 do *Curso elementar...*, o autor anuncia que sua nomeação como professor de retórica, poética e literatura nacional no Colégio Pedro II deu-se no ano de 1857, mas a presença do compêndio no programa de literatura coincide com a data de publicação do que parece ter sido sua primeira edição.

O *Curso Elementar de Literatura Nacional* não trata propriamente da literatura, mas de uma história da literatura intrinsecamente ligada à história de Portugal. Segmentado em épocas, o manual percorre a trajetória de Portugal, por via da igreja e da nobreza, primeiramente, e depois, do nacionalismo português. Assim, o *Curso Elementar...* constrói uma história literária muito mais portuguesa do que brasileira, aparecendo esta apenas no último capítulo com o título “Escola Romântica Brasileira”, o que é compreensível nas circunstâncias do Brasil como império português.

A primeira época, 1140-1279, inicia com a libertação de Portugal do domínio árabe e a instauração de uma monarquia portuguesa, enfatiza as guerras de conquista, a incipiente existência da poesia trovadoresca (escritas em vulgar) e das primeiras crônicas, escritas

¹ Do latim *humanus* = comportamento refinado.

por freis, em língua latina, cujos títulos deixam claro o seu teor: *Monarchia Lusitana, Summario das Familias e Primeiros Conquistadores d'este Reyno*; o *Cancioneiro d'el rei D. Diniz* e “de Deus; da immortalidade d'alma; da concordancia das prophcias das sybillas com a dos prophetas; da bemaventurança eterna, do Purgatorio e do Inferno”, esta última, obra do bispo de Évora, dividida em sete partes (PINHEIRO, 1862, p. 12). Registra, ainda, a criação da primeira universidade de Lisboa “para evitar que fossem seus vasallos mendigar em estranhos climas, o pão do espírito” (ibid., p. 14).

Na segunda época, 1279-1495, o manual anuncia a consolidação e os progressos da nação portuguesa, com destaque para a criação de uma faculdade theologica e para a consagração da língua portuguesa (idioma vulgar) como língua oficial de Portugal. Na literatura, essa época assinala os cancioneiros, os cronicões e o “romance cavalheresco” *História d'Amadis de Gaula*, considerada a novela de cavalaria portuguesa de maior expressão. Também ilustra a relação da literatura com a vida da nobreza, mencionando *O livro de ensinança de bem cavalgar toda sélla*, escrito pelo príncipe D. Duarte.

A terceira época, 1495-1580, registra o enaltecimento das conquistas marítimas e o período áureo da literatura portuguesa, de Camões e Gil Vicente. Período em que florescem variados gêneros, merece de Pinheiro a primeira grande subdivisão dos gêneros literários: lírico (espécies bucólica, lyrica e elegíaca); didático (espécies didactica e epigrammatica) e épico, este último totalmente dedicado à obra de Camões e a seus comentadores. Merecem lição específica o romance, os diálogos, a epistolografia, a biografia, a historiografia e a literatura de viagens.

A quarta época corresponde ao período de 1580-1750. Aqui também o autor dedicou-se aos gêneros. Os mesmos anteriores com algumas inclusões, como a espécie satyrica e a oratória, e com a supressão da literatura de viagens. A quinta época, 1750-1826, repete as anteriores sem variações.

Se, até aqui, a ênfase do manual recaiu sobre a defesa e exaltação da coroa portuguesa, de seus feitos heróicos na construção de Portugal e na literatura que expressa toda essa gloriosa trajetória, na sexta e última época, 1826, em que Pinheiro exalta a escola romântica portuguesa, o tom muda. A discussão vai incidir diretamente na literatura, tentando apreender o movimento mais amplo que ocorre em toda a Europa, assinalando a existência de uma burguesia já madura. Esta imprime suas marcas em um tipo de literatura caracterizada pela interiorização própria do individualismo burguês, pelos dramas pessoais, pelo registro das relações burguesas, o prosaico da vida em sociedade e a exaltação à pátria, à nacionalidade e aos valores construídos pela burguesia. Assim assinala Pinheiro o período:

... apagara-se nas aras o fogo sagrado, e dispersos os sacerdotes do velho culto prestavam-se attentos ouvidos a incognitos e longuinquos rumores. Entrava-se numa fase de transição e caminhava-se para uma meta desconhecida”. (Ibid., p. 523)

Algumas passagens demonstram que Pinheiro, de alguma forma, não se entusiasmou com a derrocada da nobreza, todavia, manteve-se fiel ao seu papel de educador, registrando o novo movimento. Exalta Almeida Garret, “uma nacionalidade que ressucitava” (ibid.,

p.524) e Alexandre Herculano, “um desses paladinos que com a espingarda ao hombro e penna na mão, nos campos de batalha e nas pugnas da imprensa defendiam a causa da liberdade contra o despotismo” (ibid., p. 525). Mas não trai suas origens. Quando elege uma literatura ilustrativa do período, o cômico enfatiza em Herculano *A harpa do crente*, “exalação de uma alma religiosa” como um solene protesto contra todas as servidões, em detrimento do restante da obra desse grande literato e historiador português.

A ênfase dada por Pinheiro ao romantismo, o qual sozinho protagonizou uma época, não se deve apenas à proximidade com o tempo em que viveu o cômico, mas ao fato de que é nesse século que o capitalismo industrial amadurece como sistema econômico e político. Assiste-se, então, nas nações européias mais avançadas, a um movimento de caráter histórico, que vai originar uma literatura entranhada dos valores nacionais próprios do capitalismo concorrencial, a partir da pesquisa de suas raízes, como forma de valorizar a nação. Em Portugal, é Alexandre Herculano que, buscando inspiração na literatura do escocês Walter Scott², vai reconstituir a história de Portugal. O faz, por meio da imbricação entre ficção e pesquisa, registrando ricamente as lendas e feitos heróicos da nobreza portuguesa, naquilo que concorreram para a formação, defesa e consolidação do reino de Portugal, mas como forma de construir uma identidade para a nação portuguesa. E o Brasil, ainda colonizado em seu ideário, desde o império até os dias atuais, vai beber nas fontes da literatura portuguesa toda uma tradição ibérica, com prejuízo de outras influências literárias até mais fecundas e expressivas para a compreensão da literatura brasileira. Cite-se a literatura francesa cujo movimento esteve na base das mudanças propostas na Semana de Arte Moderna (1922) e o barroco espanhol, influenciou não só literatos do porte de Gregório de Matos e Antonio Vieira, mas também a arte sacra brasileira e mesmo a literatura hispano-americana de largo período.

Por fim, com o título de Escola Romântica Brasileira, o capítulo final do *Curso Elementar...* materializa-se nas acanhadas 30 últimas das 565 páginas do grosso volume, com a justificativa de que “Nem-uma distinção havemos até agora estabelecido entre os dois povos que, através do Atlantico, fallam a língua de Camões” (ibid., p.533). Pinheiro afirma que não pode falar em literatura brasileira antes desse período, ou seja, “antes que o sol da independencia litteraria luzisse sobre o firmamento da pátria” (ibid., p. 534). E prossegue: “Nem esse nobre entusiasmo que arrojou o gigante dos trópicos n’a arena das nações, que fe-lo despedaçar nas planuras do Ypiranga os grillhões três vezes seculares teve imediata influencia sobre a nossa autonomia litteraria” (ibid., p. 534). Todavia, aponta para a necessidade de se criar com urgência uma literatura nacional e elege como literato de proa, Gonçalves de Magalhaens, cabendo a Araújo Porto Alegre “o segundo lugar na nossa infantil literatura” (ibid., p. 541). Gonçalves Dias e Manoel de Macedo fecham a modesta galeria dos românticos brasileiros.

Constata-se assim que, mesmo com a criação de uma disciplina específica de Literatura, esta ainda não é conhecida e estudada. A julgar pelo conteúdo do *Curso*

² Scott é considerado o primeiro autor do romance verdadeiramente histórico da literatura mundial e, resgatando as raízes dos reinos europeus, imortalizou as lutas entre normandos e saxões, no século XVII, fundindo história e ficção. WALTER SCOTT. Ivanhoé. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Elementar... e do conteúdo programático listado por Vecchia e Lorenz, a cadeira Literatura Nacional se atém à História da Literatura, limitando-se ao estudo das escolas literárias e não aos textos literários propriamente. De qualquer modo, essa cadeira e o respectivo manual de Fernandes Pinheiro vão assinalar o início do estudo da história da literatura no ensino secundário brasileiro, na fórmula presente até os dias de hoje, nos livros didáticos de ensino médio, que é a de contemplar as escolas e seus autores, em detrimento da obra literária.

Considerações Finais

A análise desses manuais mostrou que tanto um, como o outro, seguem a tradição comeniana quando não contemplam o texto literário. Ambos têm em comum a ausência da literatura e mesmo de indicações de leitura, como seria de se esperar em um estudo sobre a língua materna. No *Curso Elementar...* algumas transcrições literárias apenas se prestam a elucidar a época e o gênero. Nas *Postillas...* algumas passagens acanhadas e esparsas de Cícero e Quintiliano, duas ou três linhas de prosa ou a estrofe de algum poema de literatos brasileiros ilustram as orientações sobre a arte da retórica. Observando essa lacuna da literatura nos manuais examinados e os fins a que ela se presta quando eventualmente é indicada, confirma-se o caráter imediatista e pragmático da leitura no ensino secundário do Colégio Pedro II, no período estudado, não obstante o verniz de uma erudição literária.

Também a organização e seleção de conteúdos, de forma resumida e aligeirada, revelam com vigor, em ambos os manuais, o modelo comeniano de instrumentos didáticos. Embora o de literatura apresente-se mais denso e com informações de mais largo fôlego e quilate estas reportam à história mais que à literatura. Nesse sentido, é possível confirmar algumas certezas: a de que a pedagogia da Reforma, ainda que mediada pela tradição ibérico-cristã, prevalece na educação brasileira, ao menos no ensino da língua pátria. Ambos instrumentos, seja na organização, ou na redução de seus conteúdos, revelam essa vinculação com os manuais comenianos.

A recorrência aos textos clássicos, de acordo com os programas arrolados por Vecchia e Lorenz (1998), torna-se mais visível nas cadeiras de latim e francês e assim mesmo condensado em seletas. Quando, nos programas de língua materna, a indicação de seletas indicia a presença de clássicos da literatura, o exame dos conteúdos elencados nesses programas demonstra que as mesmas eram utilizadas não com um fim em si mesmo, de apreensão e apreciação dos elementos literários presentes nos excertos dos textos, mas como instrumentos de domínio da sintaxe. Ou seja, de um aprendizado mecânico e formal da língua e da fala. A título de ilustração, registra-se o depoimento de Ledo Ivo, escritor brasileiro, acerca do uso de Camões na escola: “No ensino de português e literatura, imperava uma edição expurgada d’*Os Lusíadas*. Éramos todos intimidados a descobrir a oração principal em certas estrofes camonianas...” (LEDO IVO apud LAJOLO E ZILBERMAN, 2003, p. 205).

O estudo de textos literários só vai marcar presença no ensino de língua com as antologias, que começam a circular mais intensivamente, à época da Primeira República. O exemplo mais expressivo é a *Antologia de Língua Nacional* de Fausto Barreto e Carlos

de Laet (1951), adotada no Colégio Pedro II, a partir de 1895, como citado por Laet, na 29ª edição, com o título de “Duas palavras como antelóquio da 6ª edição”. Essa antologia é a mais difundida de que se tem notícia e circulou pelas escolas brasileiras até a década de 1959, a julgar pela 36ª edição, encontrada no Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), do Colégio Pedro II. É preciso ainda pontuar que, as antologias começam por contemplar, além dos textos, exercícios oratórios e de composição, noções de gramática e biografia de autores, até o ponto de se transformarem, de antologias em manuais didáticos.

Em relação ao conteúdo literário, a partir da organização das antologias, já no Brasil República, os textos das mesmas serão selecionados, consoante os valores da nova etapa que o Brasil estava iniciando, conforme já apontamos no artigo *Manuais didáticos de língua e literatura na modernidade: gênese e desenvolvimento histórico* (2010). Isso é demonstrado pela análise comparativa do teor das antologias com a realidade brasileira do fim dos oitocentos. São textos de exaltação dos valores burgueses e do nacionalismo republicano. É o sistema educacional consolidando a base material de um Brasil moderno e liberal.

Por fim, os apontamentos de Vecchia e Lorenz (1998), bem como o exame das fontes aqui estudadas revelam que os conteúdos e a organização dos programas de Retórica, Poética e Literatura sofrem mudanças mais acentuadas exatamente no período em que ocorrem grandes transformações, tanto na base material do capitalismo, como no sistema político brasileiro. A certeza retórica para o ensino da língua dá lugar a um intrincado jogo em que os conteúdos se misturam e se confundem, tanto nas disciplinas como nos manuais, causando a impressão de que os caminhos do ensino da língua portuguesa e sua literatura estão sendo construídos a partir do último quartel do século XIX, sem muitas certezas e nenhuma segurança.

Referências

- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.
- _____. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800 - 1836)*. Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1993.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Vol. VIII, tomo I. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Junior; Tradução e notas de Manuel Alexandre Junior e Alberto Abel do Nascimento Pena. 3. ed., Lisboa: Casa Nacional-Casa da Moeda, 2006. (Biblioteca Autores Clássicos)
- BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. 3. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. *Antologia nacional*. “29ª ed. adaptada ao programa do 2º ciclo” pelo Prof. M. Daltro Santos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1951.
- BITTENCOURT, *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (História da Educação)

- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004.
- COMENIUS, João Amós. *Didática Magna*: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. 3. ed., Lisboa. Calouste Gulbenkian, 1985.
- FREITAG et al. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP, 1989.
- GALINO, María Ángeles. *Historia de la educación – edades antigua y media*. 2. ed., Madri: Editorial Gredos, S. A 1973.
- LAJOLO, Mariza e ZILBERMAN Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Ática, 2003.
- LINS, Osman. *Do ideal e da glória*: problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 6. ed., São Paulo, Hucitec, 1987.
- PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Postillas de rethorica e poetica*. 3. ed., Rio de Janeiro: Garnier. 1885.
- _____. *Curso elementar de litteratura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- RATKE, Wolfgang. *A nova arte de ensinar*: (1571 - 1635) textos escolhidos. Apresentação, tradução e notas de Sandino Hoff. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Clássicos da Educação).
- SOUZA, Ana A. Arguelho de. Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação. In: BRITO, Silvia Helena Andrade de; CENTENO, Carla Villamaina; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs). *A organização do trabalho didático na história da educação*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- _____. Manuais didáticos de língua e literatura na modernidade: gênese e desenvolvimento histórico. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas-SP, v. 01, p. 6 -19, 2010.
- VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.
- WALTER SCOTT. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Recebido em novembro de 2011
Aprovado em abril de 2012